

**Antropologia e Povos Indígenas desde uma perspectiva comparativa: Brasil, Canadá,
Austrália e Argentina¹**

Stephen Grant Baines (UnB/Brasil)

Palavras-chave: Antropologia e Povos Indígenas, Brasil, Perspectiva comparativa

Resumo

A partir da noção de “estilos de antropologia” (Cardoso de Oliveira; Ruben, 1995), fazemos um esboço da antropologia social que se pratica no Brasil junto a povos indígenas para examinar tentativas de definir um estilo nacional da disciplina e, depois, faço breves comparações com os estilos em três outros Estados nacionais. Para o período entre os anos 1920 e 1950, Roberto Cardoso de Oliveira distingue fases históricas da disciplina, marcadas na etnologia indígena pelo período “heroico” representado por Curt Nimuendaju, e o período “carismático” representado por Darcy Ribeiro, cujas orientações foram pautadas pela noção de cultura (cultural-funcionalismo), e Florestan Fernandes, orientado pela noção de estrutura (estrutural-funcionalismo) (Cardoso de Oliveira, 1988, p. 109-128). A partir dos anos 1950 surgiram autores como Egon Schaden, Eduardo Galvão, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro. Peirano (1991) argumenta que a reconstrução histórica da sociedade Tupinambá realizada por Fernandes não teve impacto forte na etnologia por estar longe do empenho dos antropólogos da época na construção da nação brasileira. Darcy Ribeiro, insatisfeito com a abordagem culturalista para estudar as sociedades indígenas no Brasil, propôs a noção de “transfiguração étnica”, a partir de noções neoevolucionistas e marxistas, muito abrangente para ser aplicável no nível empírico, e ainda vinculada ao culturalismo. O rompimento teórico com a abordagem culturalista, que predominava no Brasil na época, foi realizado por Roberto Cardoso de Oliveira que elaborou a noção de “fricção interétnica” (1964), mudando o foco de análise da cultura indígena para as relações sociais entre indígenas e não-indígenas. Esta noção foi explorada por seus primeiros alunos nos anos 1960, como Julio Cezar Melatti, Roque de Barros Laraia e Roberto DaMatta e teve forte impacto na etnologia indígena no Brasil durante duas décadas. A próxima geração, representada por autores como João Pacheco de Oliveira e Eduardo Viveiros de Castro, resultou no surgimento de duas vertentes na etnologia indígena. Pacheco de Oliveira e seus seguidores se enredaram por uma antropologia histórica examinando sociedades indígenas no contexto da sociedade nacional, enquanto Viveiros de Castro e seus seguidores elaboraram o perspectivismo ameríndio, abordagem influenciada pelo estruturalismo de Claude Lévi-Strauss e seus seguidores como Phillipe Descola. Outros antropólogos no Brasil seguiram linhas independentes abordando tanto aspectos internos das sociedades indígenas como as relações interétnicas. Nos últimos anos, o ingresso de indígenas na antropologia vem trazendo mudanças

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

à disciplina com a presença crescente de indígenas antropólogos, o que promete criar novos rumos na disciplina.

Apresentação

Formei-me profissionalmente no doutorado em antropologia na Universidade de Brasília (UnB) (1981-1988), com pesquisa de campo junto a uma sociedade indígena no norte da Amazônia, e docente da UnB desde 1989 e naturalizado brasileiro. Realizo um projeto de pesquisa no Departamento de Antropologia da UnB com bolsa de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulado, “Etnologia indígena em contextos nacionais: Brasil, Argentina, Canadá e Austrália”. Em 1992 iniciei pesquisa na Austrália sobre a antropologia junto a povos indígenas que se faz naquele país e, desde 1995, iniciei pesquisa no Canadá. Parto de uma linha de pesquisa inaugurada no Brasil pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira, desde propostas anteriores de Gerholm & Hannerz (1982), Stocking Jr (1982) e outros, e em cujo Grupo de Pesquisa, “Estilos de Antropologia”, participei entre 1990-1997. No meu caso, iniciei um estudo sobre o estilo de antropologia junto a povos indígenas que se pratica na Austrália, no Canadá, países onde realizei um ano de licença pós-doutoral (2009-2010) (Baines, 2012) e, mais recentemente, na Argentina com uma estadia de três meses na Universidade de Buenos Aires (UBA) em 2016. O projeto de pesquisa focaliza estilos de antropologia em contextos nacionais a partir do estilo de etnologia indígena que se faz no Brasil. A inclusão recente da Argentina se justifica para completar uma comparação entre dois países de colonização britânica e francesa (Austrália e Canadá) e dois países da América Latina de colonização portuguesa e espanhola (Brasil e Argentina). Parto de uma comparação da história da disciplina de antropologia nestes quatro estados nacionais, o papel da etnologia indígena dentro da antropologia, e questões como as políticas indigenistas e as relações entre os estados nacionais e as sociedades indígenas que vivem dentro dos seus territórios e em suas fronteiras.

O estabelecimento da antropologia cultural/social como disciplina acadêmica no Brasil

O trabalho focaliza a história da antropologia social que se pratica no Brasil junto a sociedades indígenas a partir dos anos 1950 até o presente para examinar tentativas de definir um estilo nacional da disciplina, fazendo comparações com os outros países mencionados. Não realizo um levantamento da antropologia produzida no Brasil, o que está fora das pretensões deste artigo. A antropologia feita no Brasil é de grande

diversidade, tendo se desenvolvido muito rapidamente nas últimas décadas e impossível de resumir em um artigo deste tamanho.

A antropologia surgiu no Brasil primeiro nas coleções etnográficas em museus no final do século XIX e início do século XX (Melatti, 1984), antes de se tornar uma disciplina acadêmica. A primeira Reunião Brasileira de Antropologia foi realizada no Rio de Janeiro em 1953 e a fundação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) data de 1955. A ABA é a mais antiga associação científica existente no Brasil na área das Ciências Sociais e ocupa um papel importante em conduzir questões relacionadas às políticas públicas e à defesa dos direitos humanos, sobretudo em defesa das minorias étnicas. A fundação da ABA foi fundamental para a consolidação da antropologia acadêmica no Brasil. A criação de programas de pós-graduação no Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1968, na Universidade de Brasília (UnB) em 1972, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1971, e a reformulação da pós-graduação em antropologia na Universidade de São Paulo (USP) em 1971, consolidou a antropologia acadêmica no Brasil, seguido pela expansão de muitos programas de pós-graduação em outras universidades por todo o país.

A antropologia feita no Brasil é uma disciplina universalista, “uma vez que a disciplina sempre ‘falou’ uma única ‘linguagem’, talvez mudando apenas o ‘tom’” (Cardoso de Oliveira, 1998: 114). Focalizo a antropologia social/cultural junto a sociedades indígenas no Brasil, pois, apesar da antropologia hoje em dia abranger uma enorme variedade de temáticas e abordagens, inclusive estudos fora do Brasil, pode-se afirmar que as pesquisas junto a sociedades indígenas sempre marcaram o estilo de antropologia produzido neste contexto nacional. Escrevendo em 1981, Mariza Peirano propõe,

que apesar do fato de que o índio não é mais considerado por todos os antropólogos como o verdadeiro e genuíno objeto de análise da disciplina, a preocupação com os índios não desapareceu. Na verdade, mesmo os antropólogos que estudam a sociedade nacional e temas urbanos são chamados para falar sobre assuntos relacionados aos índios. (1991 [1981]: 99).

Desta maneira, a antropologia junto a sociedades indígenas é importante para entender tentativas de definir um estilo nacional da disciplina. Ao examinar o período entre os anos 1920 e 1950, Roberto Cardoso de Oliveira distingue fases históricas da disciplina, marcadas na etnologia indígena pelo período “heroico” representado por Curt Nimuendaju, e o período “carismático” representado por Darcy Ribeiro, cujas

orientações foram pautadas pela noção de cultura (cultural-funcionalismo), e Florestan Fernandes, orientado pela noção de estrutura (estrutural-funcionalismo) (Cardoso de Oliveira, 1988). Darcy Ribeiro, insatisfeito com a abordagem culturalista, propôs a noção de “transfiguração étnica”, muito abrangente para ser aplicável no nível empírico. Florestan Fernandes (1970) desenvolveu estudos de estrutural-funcionalismo “sobre os índios Tupinambá, baseados em reconstrução histórica de fontes quinhentistas e seiscentistas, e que ocuparam o autor de 1945 a 1952” (Peirano, 1983: 15). Entretanto, os estudos de Fernandes sobre os indígenas Tupinambá tiveram pouca influência sobre as pesquisas realizadas junto a sociedades indígenas no Brasil. Peirano parte da hipótese que “Em nações-estados que se representam como países novos [...], o processo de construção da nação — como no caso do Brasil — é, também, parte da ideologia nacional” (1983: 41-42). Peirano argumenta que os estudos de Fernandes sobre os indígenas Tupinambá “não pegaram” por serem academicistas ao se referirem à reconstrução de uma sociedade indígena no passado dos séculos XVI e XVII.

A partir dos anos 1950 destacaram-se autores como Egon Schaden (1969) e Eduardo Galvão (1979), imersos na tradição norte-americana da teoria da aculturação. Apesar de levantar algumas críticas a essa abordagem, a formação de Galvão em nível de doutorado foi na Universidade de Columbia, Estados Unidos, em 1952. Em contraste com as obras de Fernandes, as de Darcy Ribeiro (1977 [1970]) deixaram um forte impacto sobre os estudos junto a sociedades indígenas na antropologia que se faz no Brasil, além de uma influência ainda maior sobre a política indigenista. Ribeiro trabalhou no Serviço de Proteção ao Índio (SPI) entre 1947 e 1958 (Peirano, 1991 [1981]), e teve um envolvimento crescente com as políticas indigenistas sob a influência de Candido Rondon, o fundador do SPI. Em 1953, Ribeiro organizou o Museu do Índio no Rio de Janeiro, e passou a propor novas políticas de assimilação e integração lenta dos povos indígenas à sociedade nacional. Sua maior contribuição à antropologia são as descrições detalhadas (1977 [1970]) resultado de uma longa experiência junto a sociedades indígenas. Apesar de estar insatisfeito com a teoria culturalista que predominava em sua época, em seus esforços de encontrar uma abordagem que estudava os povos indígenas no contexto nacional, cunhou a noção “transfiguração étnica”, noção que incorporou influências do marxismo e do neoevolucionismo, de voga na sua época, para tentar dar conta da historicidade dos indígenas.

O rompimento com o culturalismo no Brasil

O primeiro antropólogo no Brasil que rompeu teoricamente com a abordagem culturalista, que imperava no Brasil até o início da década de 1960, foi Roberto Cardoso de Oliveira, ao procurar um modelo teórico que desse conta da situação de contato interétnico em que as sociedades indígenas se encontravam. Este autor é de fundamental relevância na tentativa de construir uma tradição antropológica brasileira. A partir da influência de estudos sobre mudança social da antropologia britânica e a noção de “situação colonial” da sociologia francesa na África de Georges Balandier, Cardoso de Oliveira elaborou a noção de “fricção interétnica” (1996 [1964]) que mudou o foco de análise de cultura para as relações sociais desmedidamente desiguais e assimétricas estabelecidas entre indígenas e não-indígenas. Esta noção foi explorada por seus primeiros alunos: Julio Cezar Melatti, Roque de Barros Laraia, Roberto DaMatta, e Alcida Rita Ramos, entre outros, que realizaram pesquisas em etnologia indígena orientadas pela proposta de Cardoso de Oliveira de realizar uma sociologia do Brasil indígena (1978) enfocando, sobretudo, as relações interétnicas entre as sociedades indígenas e agentes da sociedade nacional. A noção de fricção interétnica marcou sua presença na etnologia indígena que se faz no Brasil desde meados dos anos 1960 até o início da década de 1980, linha de pesquisa que se define como politicamente engajada com os povos estudados.

A antropologia da antropologia no Brasil

Vários trabalhos publicados no Brasil refletem sobre o desenvolvimento da disciplina no contexto brasileiro (Melatti, 1984; Cardoso de Oliveira, 1988; Peirano, 1991; 2005; Ramos, 1990; 2010, entre outros). Melatti (1984) faz um levantamento da antropologia que se faz no Brasil, conforme áreas, e examina suas relações com outras disciplinas. Roberto Cardoso de Oliveira após estudar filosofia na USP (Peirano, 1991 [1981]), foi convidado por Darcy Ribeiro, em 1953, para passar um ano estudando etnologia indígena com Ribeiro no Museu do Índio em Rio de Janeiro, e mais dois anos como assistente de Ribeiro no curso de antropologia no mesmo Museu (Peirano, 1991 [1981]). Cardoso de Oliveira aborda as especificidades da disciplina no Brasil (1988) e as duas tradições que surgiram “no campo da Antropologia Brasileira”: “A primeira tradição que aparece com mais vigor é a da Etnología Indígena, sendo a segunda a da Antropología da Sociedade Nacional” (1988: 111).

Contrasta-se a tradição da antropologia feita no Brasil nessa época, com as tradições da antropologia nos “países de centro” da disciplina (Cardoso de Oliveira, 1988, 1998) – Grã-Bretanha, França, Estados Unidos – onde a antropologia social foi dividida pelos

antropólogos em áreas geográficas em nível mundial. No Brasil, como em diversos outros países onde a disciplina foi introduzida posteriormente, as pesquisas focalizavam, sobretudo, o contexto nacional e, somente a partir do início da década de 1990, a antropologia se expandiu de modo a incluir pesquisas em áreas geográficas em nível mundial com diversas pesquisas em países do continente africano, Timor Leste, Canadá, Austrália e outros países da América Latina. Contrasta-se, também, com as tradições da antropologia em países como Canadá e Austrália onde, desde o início de sua história como uma disciplina acadêmica, a antropologia social foi dividida pelos antropólogos que lá trabalham em áreas geográficas em nível mundial, diferentemente da antropologia que se fazia no Brasil e na Argentina onde, com raras exceções, até o final da década de 1980, predominavam pesquisas realizadas nesses respectivos países.

Ao comparar a antropologia com povos indígenas no Brasil, com os estilos de antropologia feitos no Canadá e na Austrália, a partir de entrevistas com antropólogos realizadas durante estágios de pesquisa nesses países, estes antropólogos se apresentaram a si mesmos mais como técnicos que prestavam seus conhecimentos específicos sobre povos indígenas como assessores e consultores, tanto para os governos federais como para as organizações indígenas (Baines, 1996). A maioria dos antropólogos que trabalha no Canadá e na Austrália negou desempenhar qualquer papel como intelectuais envolvidos na construção do Estado-nação e afirmaram que tanto o Canadá como a Austrália sejam países melhor classificados como semi-periféricos e não periféricos na antropologia, em decorrência das estreitas relações históricas e contemporâneas que estes dois países têm com os “países de centro” (Cardoso de Oliveira, 1988) da antropologia, onde a disciplina se formou e se consolidou, isto é Grã-Bretanha, França e os Estados Unidos. Posicionados desde países que Stocking Jr (1982) define como países de “construção do império” em contraste com países de “construção da nação” e, vendo-se a si mesmos como antropólogos “universalistas” (mais do que “nacionais”), o papel desempenhado por estes profissionais na “construção do império” torna-se invisível para eles mesmos, diferente de antropólogos posicionados em países periféricos que se definem como ativistas em oposição aos antropólogos oriundos de “países de centro” da disciplina. Algo semelhante à maioria dos antropólogos quebequenses francófonos que se posiciona como pertencente a uma minoria oprimida em um Canadá predominantemente anglófono (Baines, 1996).

Tanto na Austrália quanto no Canadá surgiu uma antropologia engajada, em períodos contemporâneos, iniciando nos anos 1960 e, sobretudo, a partir da década de 1970, com

o avanço rápido de grandes projetos de desenvolvimento sobre os territórios indígenas no norte do Canadá e no centro e norte da Austrália. Período que coincide também com o avanço de projetos desenvolvimentistas na Amazônia brasileira durante a ditadura militar, e o avanço sobre a Patagônia na Argentina (Pérez Álvarez, 2018) para exploração de petróleo e, mais tarde, o avanço de projetos desenvolvimentistas sobre o Chaco.

Entretanto, o engajamento da maioria desses antropólogos no Canadá e na Austrália veio em decorrência de realizarem pesquisas de campo de longa duração e com uma estreita convivência com essas sociedades e, como no Brasil, não poder deixar de se envolver em situações que frequentemente ameaçavam a própria existência dos indígenas, além do fato que frequentemente foram convocados pelos próprios indígenas e pelos respectivos governos a partir de legislação que exige a presença de antropólogos.

Na década de 1970, no Canadá ocidental, o Inquérito sobre o projeto do Gasoduto do Vale do Rio Mackenzie conduziu a pesquisas sobre assuntos indígenas sensíveis, como a situação de dependência da nação Dene. [...] Asch (1983: 202-204) mostra como o modelo de aculturação predominante na época, usado por testemunhas periciais da indústria de petróleo que favoreciam a construção do gasoduto, tornou-se obsoleto frente à rejeição pelos Dene e Inuvialuit de propostas baseadas nesse modelo. A década de 1970 trouxe um aumento na quantidade e na qualidade de pesquisas antropológicas sobre o impacto de mega-projetos, em trabalhos como os de Harvey Feit (1973) e Adrian Tanner (1981), que mostram, através de pesquisas sobre a economia de caça, que os povos aborígenes são gerentes do seu meio ambiente e não agentes passivos dele (Baines, 1996: 17).

No Quebec, paradoxalmente, nos anos 1960-1970, “com a implantação do projeto hidrelétrico da Baía de James, foram os antropólogos anglófonos da Universidade de McGill, em Montreal, que deram o apoio antropológico aos povos nativos, e não os antropólogos francófonos que os haviam apoiado de maneira mais radical nos anos anteriores” (Baines, 1996: 21).

O projeto de antropologia aplicada que foi realizada por uma equipe da Universidade de McGill junto aos Cree setentrional foi iniciado em 1964, dirigido por Norman Chance, que foi substituído por Richard Salisbury em 1971, quando passou a ser chamado

Programa em Antropologia de Desenvolvimento, rompendo com a tradição de separar antropologia teórica e aplicada.

Salisbury ressalta que, na antropologia que se faz no Canadá, a teoria tem se desenvolvido em estreita relação com uma antropologia de ação (1979:229). Lee & Filteau assinalam que há "um senso de compromisso com questões políticas" (1983:221) que permeia a antropologia que se faz no Canadá, sobretudo junto a povos indígenas, o que conduziu muitos antropólogos a assumir uma orientação ativista. Acrescentam que "Este senso de compromisso distingue a antropologia social-cultural canadense da antropologia que se faz na Grã-Bretanha e nos EUA" (1983:221-223) (Baines, 1996: 16-17).

Nesta mesma época, na Austrália, com o avanço de empresas mineradoras no norte e no centro do continente a partir das décadas de 1960 e 1970, e crescentes reivindicações indígenas para o reconhecimento dos seus direitos territoriais, o que marcou a relação entre antropólogos e indígenas foi a referenda de 1967, que atribuiu ao governo federal o poder de legislar em questões da política indigenista em todos os estados. E a promulgação de legislação governamental para reivindicações territoriais de indígenas, sobretudo a partir da *Aboriginal Land Rights (Northern Territory) Act, 1976*. (Baines, 1995). Em 1992 na Decisão de Mabo, a Suprema Corte Federal, pela primeira vez na história da Austrália, reconheceu os direitos originários dos indígenas aos seus territórios. No final de 1993 foi aprovada a *Native Title Act*, legislação que teve como objetivo codificar a Decisão de Mabo e regulamentar e limitar o processo de reconhecimento de posse indígena sobre suas terras na Austrália.

Tanto no Canadá quanto na Austrália, a maioria dos antropólogos começou a se envolver na defesa dos direitos indígenas a partir das reivindicações dos próprios povos indígenas e o movimento indígena em nível nacional, e a promulgação de legislações governamentais que exigiam a participação de antropólogos que têm conhecimentos sobre as sociedades indígenas.

Outro fator a ser levado em consideração ao comparar a antropologia com povos indígenas nesses países é que no Brasil o número de antropólogos de origem estrangeira é reduzido e muitos antropólogos brasileiros das gerações sêniores tiveram formação no exterior, sobretudo em universidades americanas. Enquanto no caso do Canadá a maioria dos antropólogos acadêmicos é de origem estadunidense ou foi formada em

nível de doutorado nos Estados Unidos (Baines, 1995; CASCA Survey 2011: 23²) e, no caso da Austrália, uma grande parte dos antropólogos era de origem britânica e ao longo das últimas décadas há a presença de um número crescente de estadunidenses, junto com uma tendência a realizar estágios pós-doutorais em universidades americanas (Baines, 1996).

No caso do Canadá, a influência desmedida dos EUA sobre a antropologia, e sobre praticamente todos os aspectos da vida dos canadenses, é descrita por Marilyn Silverman em o que ela chama de encontro colonial na academia canadense, evidente num processo de seleção através de concurso público para professor, do qual ela participou. Assim, ela descreve a situação em que a “metáfora central era ‘canadense [incompetente] versus americano [competente]’” (1991:388; veja também CASCA Survey 2011) e como os candidatos canadenses foram imediatamente descartados, pois os membros da banca iniciaram seu discurso “com a premissa do colonizado: que canadense é inferior. Nosso objetivo é de contratar alguém que demonstra excelência acadêmica. Por definição, tal candidato não poderia ser um de nós, inferiores. De onde deve vir tal candidato? É claro, de nossos superiores, do outro colonizador, dos Estados Unidos” (1991:391). Nesse mesmo artigo, para reforçar seu argumento, Silverman acentua a questão do pensamento colonizado de alguns dos seus colegas. Entretanto, ela conclui que “Certamente não é por acaso que os antropólogos canadenses, na periferia de um império, interessam-se pela trajetória político-econômica do poder e da exploração nas suas diversas formas” (1991:392). Vered Amit (2006) apresenta um argumento parecido a respeito de uma mentalidade de colonizados assumida por muitos antropólogos canadenses em relação aos EUA.

A Antropologia no Brasil a partir dos anos 1980

A próxima geração de antropólogos representada no Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por autores como João Pacheco de Oliveira (1999a) e Eduardo Viveiros de Castro (1999) resultou no surgimento de duas vertentes na etnologia indígena. João Pacheco de Oliveira, orientando de Roberto Cardoso de Oliveira na UnB em nível de mestrado e Otávio Guilherme Alves Velho na UFRJ em nível de doutorado, e seus seguidores, se enredaram por uma antropologia histórica examinando sociedades indígenas no contexto da sociedade nacional. Por outro lado, Eduardo Viveiros de Castro, orientado em nível de mestrado por Roberto DaMatta e em

² Uma falta de emprego e a incapacidade de competir com graduados em escolas americanas é, sem dúvida, o preocupação número um dos graduados em antropologia no Canadá. (CASCA, 2011: 23).

nível de doutorado por Anthony Seeger na UFRJ, seguiu a abordagem americanista com forte influência neo-estruturalista de Claude Lévi-Strauss e seus seguidores como Philippe Descola na França. No Brasil, Viveiros de Castro (1996) e seus seguidores desenvolveram o perspectivismo ameríndio que estabeleceu estreito diálogo com a antropologia social com povos indígenas realizada na França, na Inglaterra, e nos Estados Unidos. A diferença principal é entre a abordagem de uma antropologia histórica praticada por Pacheco de Oliveira (1999b) que focaliza o estudo dos povos indígenas no contexto da sociedade nacional e, por outro lado, a antropologia americanista que aborda os povos indígenas do Brasil, focando o estudo de aspectos internos de cada sociedade indígena a partir da sua cosmologia, organização social, formas de parentesco, e mitologia. Esta polarização representa apenas uma característica da antropologia junto a povos indígenas realizada no Brasil nas últimas décadas e, além destas duas vertentes, há outros etnólogos que seguem abordagens que mesclam estudos de cosmologia e parentesco e análises do contato interétnico como, por exemplo, Dominique Gallois, formada em nível de pós-graduação na USP onde atua como professora e pesquisadora nos temas de tradições orais e cosmologias ameríndias, políticas indígenas, patrimônio cultural e conhecimento tradicional.

Enquanto o número de pesquisadores aumenta, torna-se cada vez mais difícil caracterizar um estilo de antropologia sem cair em caracterizações simplistas, pois há diversas ramificações e antropólogos que não se encaixam em linhas específicas. Desde os anos 1960, antropólogos como Melatti, Ramos, e Laraia publicaram tanto trabalhos sobre aspectos internos das sociedades indígenas, quanto trabalhos sobre o contato interétnico. Trabalhos colaborativos e participativos vêm caracterizando a grande parte da pesquisa realizada ao longo das últimas décadas.

Ao examinar, brevemente, o estilo de antropologia que se faz em relação aos povos originários na Argentina, há uma divisão no Instituto de Ciências Antropológicas (ICS) da Universidade de Buenos Aires (UBA) entre Antropologia Biológica, Antropologia Social, Etnohistória, Etnologia e Folclore, dos quais os estudos que se concentram nos povos originários são a antropologia social e a etnologia. A Seção de Antropologia Social foi criada em 1968 no âmbito do ICS da Faculdade de Filosofia e Letras (FFyL), tendo crescido enormemente ao longo dos anos. A Seção de Etnologia, que se configura como uma seção distinta da de Antropologia Social, tem como objetivo desenvolver pesquisas etnográficas entre povos indígenas a partir de perspectivas nutridas pela antropologia cognitiva e simbólica e pelo estruturalismo. Essa divisão se assemelha à

divisão na etnologia indígena que ocorre no Museu Nacional da UFRJ no Brasil entre, por um lado, estudos que enfocam aspectos internos das sociedades indígenas – cosmologia, parentesco e organização social, dos chamados americanistas e, por outro lado, estudos que enfocam, embora não exclusivamente, os povos indígenas no contexto da sociedade nacional. Além das especificidades deixadas pela história recente da Argentina, e das particularidades do trabalho colaborativo com os povos originários que surgiram nos últimos anos naquele país.

No Brasil, o mito nacional das três raças inclui os povos indígenas, que são genericamente pensados como parte da nação junto com brancos e negros na construção nacional. A história do Brasil, com as “bandeiras” no sul e as “guerras justas” e os “descimentos” na Amazônia, revela o genocídio sistemático dos povos indígenas e a escravidão dos sobreviventes. As terras do interior do Brasil eram pensadas como vazias, habitadas por bárbaros perigosos que deveriam ser exterminados ou integrados como mão de obra para servir aos colonos brancos (Ribeiro 1977 [1970]). Ainda persiste um pensamento romântico que busca uma explicação da colonização do Brasil como se fosse um processo mais harmonioso comparado à Argentina e a alguns outros países como os Estados Unidos, análogo a um pensamento romântico nacionalista no Quebec que idealiza as relações históricas das sociedades indígenas como se fossem mais harmoniosas com os francófonos do que com os anglófonos.

A história da antropologia argentina em relação aos povos indígenas também é repleta de paradoxos e aspectos controversos (embora com diferenças do caso brasileiro). Em primeiro lugar, porque a própria história nacional tem uma configuração muito particular. Nas palavras de Diana Lenton, referindo-se à história da política indígena na Argentina:

A convicção, fruto de uma política de educação cívica consciente, de que “os argentinos vêm dos navios”, e o projeto de um “caldeirão de raças” amigável, mas limitado a determinados genótipos, fez com que parecesse desnecessário o planejamento ou a reflexão sobre uma realidade indígena diferente de sua próxima extinção ou integração. Portanto, parece lógico que as regulamentações argentinas sobre os povos indígenas tenham sido durante a maior parte do século XX, e ainda hoje em grande medida, erráticas e inorgânicas e, mais ainda, ignoradas pela maior parte da classe política. (2010: 57).

Após o fim da última ditadura militar (1976-1983), que paralisou a antropologia, muitos trabalhos na Argentina focalizam temas como etnicidade, política indigenista, e sistemas ideológicos, os impactos de grandes projetos de desenvolvimento, entre outros e há um crescente interesse na antropologia social em focalizar as relações entre os povos indígenas e o Estado nacional. Para mencionar apenas alguns exemplos, vários antropólogos da geração sênior como Balazote, Radovich (2008; 2009); Carrasco, Sánchez, Tamagno (2012), além de estudos sobre a disciplina de antropologia no contexto nacional (Balazote, Rotman, 2016; Perelman, 2015; Ratier, 2010; Valverde, 2015), trabalhos da área de “etnologia indígena” nutrida pela antropologia cognitiva e simbólica e o estruturalismo (Wright, 2008), e estudos sobre a política indigenista, etnicidade e raça (Tamagno, Maffia, 2011). Diversos trabalhos da geração seguinte abordam a política indigenista na Argentina (Briones, 2012, 2015; Lenton, 2010), além de haver trabalhos sobre povos indígenas e narrativas da nação, e comparações entre o Brasil e a Argentina (Ramos, 2009; Trincherro, 2010; Valverde, Trincherro (2014), entre outros.

Rumos atuais da antropologia: aproximações e diferenças

As representações que os antropólogos fazem acerca de si mesmos surgem em diversas formas, revelando perspectivas universalistas de membros de Estados nacionais imperialistas no caso dos países de centro (Stocking Jr., 1982), e nacionalistas no caso de países periféricos. Para os antropólogos em nações de colonização europeia que pensavam seus países como extensões dos países de centro, predominam-se perspectivas universalistas, o que pode ser postulado para o caso da Austrália na primeira metade do século XX, quando este país foi pensado como uma extensão da Grã-Bretanha no outro lado do mundo (Baines, 1995). Os antropólogos podem se identificar como membros de Estados nacionais ex-colônias de países europeus (nos casos do Brasil, da Argentina, da Austrália e do Canadá, apesar das imensas diferenças), como membros de nações minoritárias que reivindicam independência do Estado (alguns quebequenses francófonos), e como membros de nações autóctones minoritárias dentro de Estados nacionais, alguns dos quais reivindicam autonomia limitada dentro do Estado nacional, enquanto outros aspiram a uma autonomia radical (alguns antropólogos indígenas na Austrália e no Canadá).

As pesquisas realizadas ao longo de mais de trinta anos revelam uma complexa configuração de lealdades nacionais, imperiais, étnicas e indígenas no qual os antropólogos estão imersos como membros de Estados nacionais diversos, grupos

nacionais, étnicos e indígenas, que permeiam as suas perspectivas, e frequentemente se sobrepõem. No caso do Canadá, enquanto muitos antropólogos francófonos sentem-se colonizados pelos anglófonos, a maioria, tanto dos francófonos como dos anglófonos sente-se colonizada pelos antropólogos estadunidenses, e alguns indígenas antropólogos sentem-se colonizados por todos. Em todos os quatro países focalizados neste trabalho estão havendo grandes mudanças nos últimos anos. No mundo todo o papel do antropólogo mudou ao longo do último médio século, de agir como intermediário entre sociedades indígenas e Estados nacionais nos anos 1960 e 1970, a assumir como assessor e parceiro na medida em que os movimentos políticos indígenas foram se consolidando e preparando as novas gerações a lutar por seus próprios direitos.

Atualmente, os estilos de antropologia nos países abordados neste trabalho revelam aproximações, na medida em que se fortaleçam as comunicações por Internet e se facilitem os intercâmbios acadêmicos, junto com movimentos para a internacionalização da disciplina. Ao mesmo tempo, existem esforços por parte de alguns antropólogos para marcar as diferenças entre os estilos de antropologia que praticam e ressaltar as particularidades que caracterizam a antropologia praticada em seu contexto nacional.

Com o ingresso de indígenas na antropologia, está surgindo uma nova linha de pesquisas realizadas por indígenas antropólogos (as), mais antiga no Canadá e na Austrália, que está obrigando a disciplina a repensar muitos dos seus pressupostos. No Brasil autores como Gersem Luciano (2015) do povo Baniwa, Alto Rio Negro, estado do Amazonas, Tônico Benites (2015) do povo Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul, Felipe Cruz (2017) do povo Tuxá da Bahia, Jean Paulo Lima Barreto (2021) do povo Tukano, Alto Rio Negro, e numerosos outros estão contribuindo para uma revigoração da antropologia a partir de perspectivas indígenas. Essas perspectivas frequentemente questionam as premissas universalistas e nacionalistas de antropólogos não-indígenas, em um esforço de descolonizar a disciplina (Luciano, 2019a, 2019b) e, ao mesmo tempo, manter um nível de excelência internacional.

Referências Bibliográficas

- Amit, Vered. 2006. Just a little off-centre or not peripheral enough? Paradoxes for the reproduction of Canadian Anthropology. In: Harrison, Julia; Darnell, Regna. *Historicizing Canadian Anthropology*. Vancouver, Toronto: UBC Press. p. 266 - 274.
- Baines, Stephen G. 1995. "Primeiras impressões sobre a etnologia indígena na Austrália". Em: Roberto Cardoso de Oliveira & Guilherme Raul Ruben (eds.) *Estilos de Antropologia*. P. 65-119. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp.

Baines, Stephen G. 1996. Etnologia indígena no Canadá: primeiras impressões. Série Antropologia, 196, Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 33p.

Baines, Stephen G. 2012. Social anthropology with indigenous peoples in Brazil, Canada and Australia: a comparative approach. *Vibrant* v.9 n.1:211-238.
<http://www.scielo.br/pdf/vb/v9n1/08.pdf>

Balazote, Alejandro O.; Radovich, Juan Carlos. 2008. Aspectos teórico-metodológicos sobre los procesos de reasentamiento poblacional e impactos sociales de la construcción de grandes represas hidroeléctricas. *Ilha Revista de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis*, v.10: 51-80.

Balazote, Alejandro O.; Radovich, Juan Carlos. 2009. “Turismo y etnicidad. Una interculturalidad conflictiva en territorio mapuche, Neuquén, Argentina”. In: Liliana Tamagno (ed.). *Pueblos Indígenas. Interculturalidad, colonialidad, política*. p. 25-43. Buenos Aires: Ed. Biblos.

Balazote, Alejandro O.; Rotman, Mónica. B., 2016. Marcas en la Antropología Argentina: el enfoque “fenomenológico”, una perspectiva teórico-metodológica hegemónica en la historia de la disciplina. *Revista Antropologías del Sur*, Año 3, n. 6: 29-46.

Barreto, Jean Paul Lima. 2021. *Kumuã na kahtiroti-ukuse: uma “teoria” sobre o corpo e o conhecimento prático dos especialistas indígenas do Alto Rio Negro*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus.

Benites, Tônico, 2015. Os antropólogos indígenas: desafios e perspectivas. *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia, Brasília, Associação Brasileira de Antropologia*, vol. 2, N.º 1: 233-243.

Briones, Claudia. 2012. “Os direitos territoriais dos povos indígenas na Argentina: um balanço dos reconhecimentos e das políticas”. Em: Alcida R. Ramos (ed.). *Constituições Nacionais e Povos Indígenas*. pp. 158-204. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Briones, Claudia. 2015. Políticas indigenistas en Argentina: entre la hegemonia neoliberal de los años noventa y la “nacional y popular” de la última década. *Antipod. Rev. Antropol. Arqueol.* n. 21: 21-48.

Cardoso de Oliveira, Roberto, 1988. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- Cardoso de Oliveira, Roberto. 1996 [1964]. O Índio e o Mundo dos Brancos. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, (4ª edição).
- Cardoso de Oliveira, Roberto. 1978. A Sociologia do Brasil Indígena. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Cardoso de Oliveira, Roberto, 1998. “Antropologias periféricas versus antropologias centrais”. Capítulo 6, Em: Roberto Cardoso de Oliveira. O trabalho do antropólogo. pp. 107-133. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP.
- Carrasco, Andrés. E.; Sánchez, Norma E.; Tamagno, Liliana. E., 2012. Modelo agrícola e impacto socio-ambiental en la Argentina: monocultivo y agronegocios. AUGM-Comité de Medio Ambiente, Serie Monográfica Sociedad y Ambiente: Reflexiones para una nueva América Latina. La Plata, Argentina, AUGM Asociación de Universidades.
- Cruz, Felipe, 2017. Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, vol. 11, N.º 2: 93-108.
- CASCA, 2011. Report on the Survey of Canadian Anthropology: Demographics and Opinions of Canadian Anthropologists. Canadian Anthropology Society / Societé Canadienne Anthropologie, Fredericton.
- Fabian, Johannes. 1983. Time and the other: how anthropology makes its object. New York: Columbia University Press.
- Fernandes, Florestan, 1970. A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá. São Paulo: Pioneira 2ª edição.
- Galvão, Eduardo. 1979. Encontro de Sociedades: Índios e Brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gerholm, Tomas; Hannertz, Ulf, 1982. Introduction: The Shaping of National Anthropologies. Ethnos, 47: 5-35.
- Lenton, Diana. 2010. Política indigenista argentina: una construcción inconclusa. Anuário Antropológico 2009. Brasília, 2010: 57-97.
- Luciano, Gersem José dos Santos, 2015. Os indígenas antropólogos: desafios e perspectivas. Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia, Brasília, Associação Brasileira de Antropologia, vol. 2, N.º. 1: 244-251.
- Luciano, Gersem José dos Santos, 2019a. Antropologia colonial no caminho da antropologia indígena. Novos Olhares Sociais, vol. 2, nº 1: 22-40.
- Luciano, Gersem José dos Santos, 2019b. Desafios no caminho da descolonização indígena. Novos Olhares Sociais, vol. 2, nº 1: 41-50.

- Melatti, Julio Cezar. 1984. A Antropologia no Brasil: Um roteiro. Bib: o que se deve ler em ciências sociais no Brasil, Cortez: ANPOCS, nº.15 a nº.19: 123-211.
- Pacheco de Oliveira, João. 1999a. “A problemática dos ‘índios misturados’ e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história”, Em: João Pacheco de Oliveira. Ensaios de Antropologia Histórica. pp. 99-123. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- Pacheco de Oliveira, João, 1999b. Ensaios de Antropologia Histórica. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- Peirano, Mariza G. S., 1983. A Antropologia esquecida de Florestan Fernandes: os Tupinambá. Anuário Antropológico 1982, v. 7 n. 1: 15-49.
- Peirano, Mariza G. S., 1991 [1981]. The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case. Série Antropologia Nº 110, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. (PhD Thesis, Harvard University, Cambridge, Massachusetts, 1981).
- Peirano, Mariza G. S., 2005. A guide to anthropology in Brazil. Vibrant, Vol. 2, n.1: 54–87. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/issues/v2n1/mariza-peirano-a-guide-to-anthropology-in-brazil/>
- Perelman, Mariano D., 2015. On (Social) Anthropology in Argentina Today. American Anthropologist, v.117, n.3: 565-586.
- Pérez Álvarez, Gonzalo, 2016. Amazônia brasileira e Patagônia Argentina: planos de desenvolvimento e soberania nacional. Estudos Avançados, 30 (88):117-138.
- Ramos, Alcida Rita. 1990. Ethnology Brazilian Style. Cultural Anthropology, 5(4): 452-472. Ramos, Alcida Rita. 2009. O indigenismo na montagem da nação: contrastes e convergências entre Brasil e Argentina. Anuário Antropológico/2007-2008:27–59.
- Ramos, Alcida Rita. 2010. “Revisitando a etnologia à brasileira”. Em: Carlos Benedito Martins e Luiz Fernando Dias Duarte (Org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Antropologia. pp. 25-49. São Paulo: ANPOCS.
- Ratier, Hugo E., 2010. La Antropología Social Argentina: su desarrollo. Publicar - Año VIII No IX - Junio, pp. 17-46. Disponível em: <<http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/publicar/article/view/1187/1046>>
- Ribeiro, Darcy, 1977 [1970]. Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.
- Schaden, Egon, 1969. Aculturação Indígena. São Paulo: Livraria Pioneira Editora: Editora da Universidade de São Paulo.

- Silverman, Marilyn. 1991. Dispatch I. Amongst 'our selves': a colonial encounter in Canadian academia. *Critique of Anthropology*. Vol. 11(4): 381-400.
- Stocking Jr., George W., 1982. Afterword: a view from the center. *Ethnos*, 47: 172-186.
- Tamagno, Liliana; Maffia, Marta, 2011. Lo afro y lo indígena en Argentina. Aportes desde la antropología social al análisis de las formas de visibilidad en el nuevo milênio. *Boletín Americanista*, Año lxi. 2, n.63: 121-141.
- Trincherro, Hugo H., 2010. Los pueblos originarios en Argentina. Representaciones para una caracterización problemática. *Cultura y Representaciones Sociales*. v.4, n.8: 111-139. Disponible em <<http://www.scielo.org.mx/pdf/crs/v4n8/2007-8110-crs-4-08-00111.pdf>>
- Valverde, Sebastián, 2015. El estigma de la difusión y la difusión del estigma. la escuela histórico-cultural y los prejuicios hacia los pueblos indígenas de Norpatagonia, Argentina. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología XL (1)*: 327- 349.
- Viveiros de Castro, Eduardo, 1996. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, 2 (2): 115-144.
- Viveiros de Castro, Eduardo, 1999. "Etnologia brasileira". Em: Sérgio Miceli (Org.) *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. pp. 109-223. Editora Sumaré/ANPOCS.
- Wright, Pablo. 2008. *Ser-en-el-sueño: crónicas de historia y vida toba*. Buenos Aires: Biblos.